



ENTRE GRADES E DIREITOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE ADOLESCENTES EM UNIDADE SOCIOEDUCATIVA

Juliana de Oliveira Inhan – UNESA

Patrícia Ortiz – UNESA

André Felipe Costa Santos – UFG

Priscila Costa Santos – UNESA

Grupo de Trabalho: GT 7 – Educação para a Paz: Reflexões Teóricas, Metodologias e Experiências Exitosas

RESUMO:

Este estudo analisou as representações sociais de professores sobre a efetivação dos Direitos Humanos de adolescentes em medida de internação socioeducativa no município de Juiz de Fora no estado de Minas Gerais. A pesquisa fundamentou-se na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2012), no estudo crítico dos Direitos Humanos de Herrera Flores (2009) e na perspectiva da Pesquisa para a Paz de Galtung (1994). O desenho metodológico contemplou duas etapas: na primeira, aplicou-se um questionário tipo *Likert*, distribuído por autoaplicação via *Google Forms*, a 18 professores que atuaram na unidade entre 2011 e 2023; os dados foram analisados com o software Excel e relatórios estatísticos do próprio *Google Forms*. Na segunda etapa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 11 dos docentes que participaram da primeira fase, aprofundando os achados da fase inicial. A análise quantitativa foi feita no Excel e a qualitativa no software Interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire (IRaMuTeQ)*. Os resultados indicam que, embora os professores reconheçam a importância dos Direitos Humanos como fundamento de sua prática, persistem tensões entre discursos de proteção e responsabilização, revelando ambivalências nas representações construídas no contexto institucional. O estudo evidencia que o trabalho educativo no sistema socioeducativo é atravessado por desafios estruturais, falta de formação específica e contradições entre as diretrizes legais e as condições concretas de trabalho. Conclui-se que a formação continuada dos professores e a efetivação de políticas públicas comprometidas com os Direitos Humanos são condições indispensáveis para a promoção de práticas pedagógicas críticas e emancipatórias.

Palavras-chave: Representações sociais, Direitos Humanos, Professores, Socioeducação, Adolescentes em medida de internação.



1. INTRODUÇÃO

O estudo analisou as representações sociais de professores sobre a efetivação dos Direitos Humanos de adolescentes em medida de internação socioeducativa em Juiz de Fora (MG). Parte-se da centralidade dos Direitos Humanos previstos em marcos como a Declaração Universal (1948), a Constituição Federal (1988), o ECA (1990) e o SINASE (2012). A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como professores interpretam e aplicam tais princípios em contextos institucionais de restrição de liberdades, atravessados por desafios estruturais e contradições entre normas e práticas. O estudo articula a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012), a perspectiva crítica dos Direitos Humanos de Herrera Flores (2009) e a Pesquisa para a Paz de Galtung (1994) para analisar de modo integrado os sentidos construídos pelos docentes sobre proteção, responsabilização e promoção dos direitos. Essa combinação teórica e metodológica confere maior densidade à investigação, permitindo compreender representações, tensões e possibilidades de transformação das práticas pedagógicas no sistema socioeducativo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico situa-se na intersecção dos estudos da Psicologia Social e da Educação para a Paz, assim sendo envolvidas: a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (2012), os estudos críticos dos Direitos Humanos de Herrera Flores (2009) e da Pesquisa para Paz (Galtung, 1994). Segundo Moscovici (2012), as representações sociais são formas de conhecimento coletivas, elaboradas no cotidiano, que orientam condutas e práticas sociais. Elas permitem aos sujeitos compreender a realidade e agir nela, mesmo em contextos de forte pressão institucional. Ampliando esse entendimento, Jodelet (2017) ao destacar que as representações envolvem dimensões cognitivas, simbólicas, afetivas e normativas, sendo enraizadas nas práticas sociais. Doise (2002) ressalta ainda que as representações refletem



posicionamentos assumidos em campos de interação social, expressando disputas e tensões simbólicas.

Goffman (1996) contribui para o debate ao analisar instituições disciplinares e a forma como rotulam e estigmatizam sujeitos. Essa perspectiva é útil para compreender como professores podem, ao mesmo tempo, reconhecer adolescentes como sujeitos de direitos e reproduzir discursos que os associam à periculosidade. Tais tensões reforçam a necessidade de pensar representações sociais não como conteúdos fixos, mas como construções em disputa.

No campo dos direitos humanos, Herrera Flores (2009) e Galtung (1999) defendem uma concepção crítica, entendendo-os não apenas como normas jurídicas universais, mas como conquistas históricas que exigem condições materiais, políticas e culturais para sua realização.

Assim, a defesa dos direitos demanda tanto a previsão legal quanto a criação de condições concretas para seu exercício.

Candau (2008) argumenta que a educação em direitos humanos não deve restringir-se à transmissão de conteúdos, mas deve ser vivida no cotidiano escolar, promovendo participação, reconhecimento da diversidade e práticas democráticas. Na mesma linha, Chauí (2003) complementa essa perspectiva ao afirmar que a educação emancipatória deve estimular o pensamento crítico, evitando reproduzir práticas de mera adaptação à ordem vigente.

Portanto, o referencial teórico que sustenta esta pesquisa permite compreender as representações sociais dos professores como construções dinâmicas, atravessadas por valores, ideologias, pressões institucionais e experiências pessoais, bem como refletir sobre a importância dos direitos humanos enquanto práticas concretas, e não apenas discursos normativos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, fundamentada na concepção de AlvesMazzotti e Gewandsznajder (1998) que destacam a importância de compreender fenômenos sociais complexos a partir da perspectiva dos sentidos



e significados dos sujeitos envolvidos em uma contexto histórico-cultural contraditório.

A pesquisa foi realizada em um Unidade Socioeducativa de Juiz de Fora (MG, Brasil) e estruturou-se em duas etapas metodológicas complementares. Na primeira, buscou-se mapear as tendências gerais e os elementos representacionais macros sobre direitos humanos, aplicando-se um questionário do tipo Likert a 18 professores da Educação de Jovens e Adultos que atuaram na instituição entre 2011 e 2023. Na segunda etapa, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com 11 desses docentes, permitindo aprofundar a análise das representações sociais identificadas na fase inicial.

Para a análise dos dados quantitativos foi realizada no Excel, enquanto os dados qualitativos foram tratados com apoio do software gratuito IRaMuTeQ (Versão 2014), que possibilita a identificação de núcleos de sentido nos discursos. Vale salientar que no decurso do processo analítico realizou-se a triangulação dos dados (Flick, 2009) visando maior interpretação dos dados e consolidação dos dos resultados a partir do aporte da TRS e dos estudos da Educação para a Paz e Direitos Humanos (Herrera Flores, 2009; Galtung, 1994).

Os aspectos éticos foram respeitados em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo sigilo e anonimato e o estudo foi aprovado pelo comitê de ética de uma universidade brasileira.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados do questionário indicaram consenso entre os professores quanto à importância dos direitos humanos no trabalho pedagógico, entretanto, emergiram ambiguidades: parte dos docentes reconhece a internação como oportunidade de proteção e ressocialização, enquanto outros ainda a associam a práticas punitivas. Essa ambivalência confirma a coexistência de diferentes sistemas de representação, como analisa Doise (2002), revelando a influência de valores sociais e institucionais contraditórios.

As entrevistas revelaram três núcleos principais: (1) representações sobre os adolescentes, (2) concepções sobre os direitos humanos e (3) condições



institucionais de trabalho. No primeiro núcleo, emergem tanto discursos que reconhecem os adolescentes como vítimas de exclusão social quanto falas estigmatizadas, que os descrevem como desinteressados ou perigosos. Esse duplo movimento reflete o que Goffman (1996) denominou de estigmatização, típica de instituições disciplinares.

No segundo núcleo, as concepções de direitos humanos variaram entre compreendê-los como normas jurídicas abstratas e entendê-los como princípios práticos que orientam a ação pedagógica. Herrera Flores (2009) ajuda a problematizar essa questão ao afirmar que os direitos só se tornam efetivos quando sustentados por condições concretas de realização.

O terceiro núcleo destacou as condições institucionais, apontadas como barreiras à efetivação dos direitos: falta de recursos didáticos, precariedade de infraestrutura, ausência de apoio da gestão e rotatividade das turmas. Jodelet (2017) observa que as representações sociais estão enraizadas nas práticas cotidianas, o que explica a influência direta das condições materiais sobre a forma como os professores percebem seu trabalho e os adolescentes.

Além disso, muitos professores relataram sentir-se despreparados para lidar com a temática dos direitos humanos. A ausência de formação específica foi apontada como fragilidade, corroborando Candau (2008), que defende que a educação em direitos humanos exige processos formativos contínuos e participativos. Essa lacuna formativa impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as representações sociais dos professores sobre os direitos humanos de adolescentes em medida de internação são atravessadas por tensões entre perspectivas emancipatórias e visões punitivas. Embora reconheçam a relevância dos direitos humanos, as práticas cotidianas ainda sofrem limitações impostas por condições estruturais precárias e pela falta de formação específica.

Três dimensões emergem como centrais: (1) a necessidade de superar estigmas e preconceitos sobre adolescentes em conflito com a lei; (2) o



investimento em formação inicial e continuada voltada à socioeducação e aos direitos humanos; e (3) a implementação de políticas públicas que assegurem condições materiais adequadas para o trabalho docente.

A pesquisa reforça a importância de compreender os professores como sujeitos atravessados por representações sociais dinâmicas, construídas em meio a tensões e contradições institucionais. Chauí (2003) lembra que a educação deve promover autonomia e emancipação, o que só se torna possível quando há condições concretas, como defende Herrera Flores (2009).

Nessa direção, a educação para a paz proposta por Galtung (1994) e aprofundada por Lederach (2003) evidencia que não basta apenas eliminar a violência direta: é preciso superar violências estruturais e cultivar processos educativos que fomentem o diálogo, a reconciliação e a construção coletiva de respostas não violentas aos conflitos, tornando a socioeducação um espaço relacional de cidadania e emancipação. Sugere-se que novas investigações explorem as representações sociais de gestores, agentes socioeducativos e adolescentes, ampliando a compreensão sobre as possibilidades de efetivação dos direitos humanos no sistema socioeducativo. Assim, investir em formação docente, infraestrutura e valorização profissional é investir na consolidação de práticas pedagógicas críticas, capazes de transformar a socioeducação em espaço de cidadania, paz e emancipação.

REFERÊNCIAS

ALVES–MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: desafios e perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.



GALTUNG, Johan. **Direitos Humanos: Uma nova perspectiva**. Lisboa: Piaget, 1994

HERERRA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**, p. 271-292, 2017.

LEDERACH, John Paul. The journey towards reconciliation. **Liberating Faith: Religious Voices for Justice, Peace, and Ecological Wisdom**, p. 459, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2012.